

## PROCESSO DO NARCOTRÁFICO JÁ CORRE

*O Ministério Público já tem em curso o processo de investigação criminal relativo ao alegado financiamento das últimas campanhas eleitorais por gente ligada ao narcotráfico.*

*Um caso despoletado por José Maria Neves no dia das eleições legislativas. E, por causa de ameaças, alguns membros do executivo têm neste momento a sua segurança reforçada.*



Declarações de JMN dão origem a investigação, já em curso

# Reforçada segurança dos governantes

A questão do narcotráfico e o seu combate parecem, mais do que nunca, ter entrado na agenda política. O assunto foi estes dias, a propósito da apresentação do novo governo, referido em diversas ocasiões pelo primeiro-ministro, José Maria Neves, que apontou o combate à criminalidade organizada, da qual faz parte o narcotráfico, como uma das prioridades desta governação.

Mas, ao que tudo indica, não é só para o governo que o narcotráfico é uma prioridade. Decorre neste momento na Procuradoria Geral da República uma "investigação criminal" com vista a apurar a verdade em torno da declaração de José Maria Neves no dia das eleições legislativas segundo a qual houve forças políticas que receberam recursos de quadrilhas ligadas à droga para financiar a sua campanha eleitoral. Aliás, por se sentir particularmente visado com a dita afirmação, o MpD, através do seu líder Agostinho Lopes, ameaçou proceder criminalmente contra o presidente do PAICV e primeiro-ministro.

Tratando-se de uma questão de extrema gravidade, que se enquadra na categoria de crime público, o Ministério Público decidiu avançar com o processo

para tirar a história a limpo. E uma das personalidades a serem ouvidas é precisamente o próprio José Maria Neves, conforme informações recolhidas por **A Semana**. Aliás, consta até que ele, JMN, deverá ser ouvido dentro de dias.

De acordo com uma fonte do MP, "a ser verdade" o que José Maria Neves afirmou estar-se-á diante de três tipos de ilícito: branqueamento de capitais, corrupção eleitoral e financiamento proibido de partidos políticos. "São coisas muito graves que têm de ser clarificadas", adianta a mesma fonte.

### Governo reforça segurança

Mas, ao que tudo indica, a declaração de José Maria Neves teve já outros desenvolvimentos. Na sequência de "mensagens" ou mesmo "ameaças" recebidas e captadas de sectores afectos ao mundo do crime organizado, certos membros do governo tiveram a sua segurança reforçada. São os casos do próprio chefe do governo e da agora ministra-adjunta do primeiro-ministro e da Presidência do Conselho de Ministros, Cristina Fontes. Isto sem falar no ministro da Administração Interna, Júlio Correia, que nunca dispensou a sua

segurança, mantendo inclusive à porta da sua residência, em permanência, agentes da polícia.

No caso de Cristina Fontes, sendo até a semana passada a titular da Justiça, ela é tida como um alvo óbvio das quadrilhas de narcotraficantes que operam em Cabo Verde, tendo em conta as medidas adoptadas pelo seu antigo ministério contra esse tipo de actividade. Recorde-se que foi na gestão de Fontes que foi aprovada a lei contra a lavagem de capitais, ao abrigo da qual tornou-se possível em Cabo Verde congelar contas de cidadãos (e seus parentes directos) suspeitos de estarem ligados a essa actividade ilícita.

Um outro resultado prático do cerco que se decidiu fazer ao narcotráfico em Cabo Verde foi o aumento quase que exponencial do número de apreensões de "correios" da droga nas fronteiras de Cabo Verde. Aliás, precisamente por isso, a Cidade da Praia é felicitada no último relatório do Observatório Internacional da Luta Contra o Tráfico, um organismo da ONU, pelos "sinais claros" do seu empenho na luta contra a droga, ficando Cabo Verde registado como o país africano que mais apreendeu estupefacientes

nos seus aeroportos em 2004, num total de 326 quilos.

A par das medidas operativas, que passam pelo reforço dos recursos humanos e materiais das duas polícias cabo-verdianas, o governo tem vindo a dotar o país de leis para combater o narcotráfico, ao mesmo tempo que busca parcerias com entidades estrangeiras nesse domínio.

De acordo com uma fonte oficial, Cabo Verde vê a luta contra a droga dentro de um quadro regional e internacional, já que sozinho não poderá fazer face a esse fenómeno que já levou ao colapso vários países da América do Sul, por exemplo. É assim que, há um ano e na sequência de uma mesa-redonda de parceiros, a Cidade da Praia conseguiu seis milhões de dólares para implementar os vários programas e subprogramas que tem em mente, e que visam não só combater o tráfico e consumo da droga, como também apostar na prevenção. É nesse contexto também que quadros cabo-verdianos têm sido formados em Portugal e EUA, sendo a Espanha um outro país que já fez saber a sua disponibilidade em ajudar Cabo Verde neste domínio.

JVL

**Os chefes de Estado de Portugal, Guiné-Bissau e Senegal são algumas das personalidades estrangeiras que marcarão presença na posse do presidente de Cabo Verde, a ter lugar na próxima semana. Uma recepção para mais de 600 pessoas consta, também, do cerimonial de investidura de Pedro Pires.**



# Cavaco, Nino e Wade na posse de Pires

O acto de investidura do presidente da República, saído das eleições do passado dia 12 de Fevereiro, está marcado para a próxima quarta-feira, na Assembleia Nacional, e tem o seu início às 11 horas.

Entre os convidados estrangeiros estão garantidas, por ora, as presenças de Cavaco Silva, de Portugal, Nino Vieira, da Guiné-Bissau, e Abdoulaye Wade, do Senegal. O secretário-executivo da CPLP, o cabo-verdiano Luís Fonseca, o seu homólogo da CEDEAO, Mohamed Chamba, e possivelmente um representante do presidente em exercício da União Africana, o congolês Denis Sassou N'Guesso, são outras personalidades esperadas.

Outros tantos convidados, particularmente dos países da CPLP, da CEDEAO e organizações internacionais com os quais Cabo Verde mantém relações, deverão fazer-se assistir ou fazer-se representar através dos respectivos mandatários na cerimónia que marca o segundo mandato de Pedro Pires. E só não são mais porque as autoridades cabo-verdianas entendem que a Cidade da Praia ainda não possui condições logísticas para receber, com a dignidade que se impõe, um número grande de estadistas ao mesmo tempo.

De acordo com o sistema constitucional cabo-verdiano, o chefe de Estado é investido nas suas funções pela Assembleia Nacional, através de uma sessão especial. Na cerimónia lê-se a acta do apuramento geral das eleições produzida pela CNE, e o presidente do parlamento, Aristides Lima, faz uma saudação ao eleito, impondo-lhe a faixa presidencial. Querendo o empossado responder com uma alocução.

Entretanto, várias outras actividades irão assinalar o dia da investidura de Pedro Pires como chefe da nação cabo-verdeana. É o caso do almoço que ele oferece aos chefes de Estado presentes e

aos representantes dos órgãos de soberania, agendado para um dos hotéis da capital, e ainda de uma recepção, à noite, para 600 pessoas no Palácio do Plateau.

## STJ CONFIRMA PEDRO PIRES

Pedro Pires foi confirmado como o presidente da República eleito no passado sábado, 11, pelo Supremo Tribunal de Justiça que, enquanto Tribunal Constitucional, rejeitou a impugnação do candidato derrotado, Carlos Veiga, para que as eleições fossem anuladas. Um acórdão que levou mais de 15 dias para ser produzido e que levanta, uma vez mais, o problema da morosidade da justiça cabo-verdiana, que nem as disputas eleitorais deixa de fora.

No caso em apreço, o colectivo do STJ, que teve como relator a juíza-conselheira Fátima Coronel, entendeu como temporâneas as alegações do reclamante, já que quase todas se reportam ao período pré-eleitoral. Outro aspecto saliente, e que fica explanado no acórdão, é a coincidência de argumentos apresentados por Carlos Veiga e pelo MpD. E tal como acontecera nas legislativas, também Veiga não conseguiu provar as supostas irregularidades cometidas e que poderiam ditar a repetição das eleições.

Dos cinco juizes-conselheiros, apenas Raul Querido Varela “votou vencido”, defendendo que as eleições deviam ser anuladas. Na sua declaração de voto, e extrapolando claramente, uma vez mais, as funções de juiz, Querido Varela diz-se seguro de que se houvesse repetição das eleições isso “inverteria os resultados globais a favor do candidato vencedor das eleições no País”.

Aquele magistrado, que em geral sempre vota a favor das teses do MpD e de Carlos Veiga, tece igualmente alguns juízos de valor sobre os cabo-verdianos nascidos na diáspora, pondo em causa, inclusive, o seu direito ao voto em Cabo

Verde. Também empola para “milhares”, absorvendo a posição de Veiga, os casos de aditamento de inscrições (oficiosas) na emigração, feitas pela DGAE e devidamente autorizados pela CNE, quando não passam de duas centenas.

Nota não menos curiosa e que já tinha acontecido na impugnação do MpD é a candidatura de Carlos Veiga confessar ter conseguido aceder ao sistema informático da DGAE, com software que lhe permitiu realizar filtragens de nomes, números etc., para concluir que existem 74 mil inscritos em situação irregular. Uma “pirataria informática”, acusa o governo, praticada pela referida candidatura. Aliás, há muito que se suspeita que os cadernos vinham sendo manipulados por elementos estranhos à DGAE, restando agora saber se tal intromissão, admitida tanto por Veiga como pelo MpD, vai ficar por isso mesmo.

Pela sua importância, e dado o seu tamanho (46 páginas A4), o acórdão em causa do STJ, que confirma Pedro Pires como o vencedor das presidenciais de 12 de Fevereiro com 3.342 votos de vantagem sobre Carlos Veiga, encontra-se publicado no site deste jornal ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv)) para os interessados que o quiserem consultar.

## PIRES APELA À CONCÓRDIA E VEIGA RECUSA

Entretanto o presidente da República apelou na passada terça-feira a um “esforço acrescido” de todos os cabo-verdianos, para que sejam ultrapassadas as “querelas e mágoas decorrentes das campanhas eleitorais”. Mais, pediu, que seja reforçada “a cooperação e a solidariedade em torno dos objectivos essenciais” da nação.

Para Pedro Pires, realizadas que foram as eleições e esgotadas que foram as possibilidades de recurso, legítimos em democracia, é chegada a hora de

o país voltar a concentrar-se no que é essencial, pois, a seu ver, apenas a pobreza, a miséria e a ignorância são os “principais inimigos” de Cabo Verde e dos cabo-verdianos.

O apelo do PR parece ter caído em saco roto pelos lados do seu adversário. Reagindo na quarta-feira ao acórdão do STJ, Carlos Veiga não só recusou o veredicto dessa instância judicial, como a acusa de “validar” as irregularidades cometidas durante as eleições. “Continuo firmemente convencido de que as eleições presidenciais de 12 de Fevereiro não foram justas, transparentes e democráticas, pelo que continuarei a não aceitar os seus resultados oficiais”, afirmou.

Não descartando a hipótese de recorrer a instâncias internacionais ao mesmo tempo que acena com a possibilidade de accionar todos os implicados em crimes eleitorais, Veiga garante que não vai abrir mão dos seus direitos, nem tão-pouco das suas “obrigações e responsabilidades políticas, sociais e morais” para melhorar a democracia e para que haja “eleições sérias” em Cabo Verde.

Nessa missão diz ter do seu lado “a generalidade” dos que fizeram e apoiaram a sua candidatura e que constituem “a maioria do povo destas ilhas”. Aliás, segundo ele, com a decisão do STJ, Cabo Verde “vai continuar a ter um PR que os cabo-verdianos destas ilhas já rejeitaram duas vezes – em 2001 e a 12 de Fevereiro – e com legitimidade claramente diminuída por um processo eleitoral opaco e manipulado”.

E referindo-se ao anúncio recentemente feito de que o governo vai accionar judicialmente todos aqueles que atentaram contra o bom-nome das instituições do Estado, Carlos Veiga disse não temer, pois, não o perturbam quaisquer processos-crime ou “outras formas de perseguição política” que qualificou como “próprios de regimes ditatoriais”. **JVL**

## NEGLIGÊNCIA MÉDICA NO HBS

Dois anos e quatro meses após uma cirurgia no Hospital Baptista de Sousa, em São Vicente, para a extracção do útero, uma paciente voltou ao bloco operatório para que lhe fosse retirado um objecto de metal, com 13 centímetros de comprimento, que foi esquecido no interior do seu corpo. A paciente já apresentou uma queixa verbal à direcção do HBS contra a equipa que efectuou a cirurgia e pondera a hipótese de levar o caso a tribunal. Mas o seu maior temor é nada poder fazer em relação às possíveis sequelas que poderia ter devido à presença de um objecto estranho no corpo humano por tanto tempo.



# INSTRUMENTO CIRÚRGICO “esquecido” na barriga de uma paciente

A paciente não quis se identificar para evitar publicidade gratuita à volta de um assunto tão melindroso. Mas, ao **A Semana**, falou da operação efectuada há dois anos e quatro meses e do seu longo sofrimento que culminou com a retirada do objecto da sua barriga. Um relato dramático que contamos aqui na primeira pessoa, um desabafo de alguém que ao longos dos dois anos fez uma verdadeira peregrinação às clínicas e médicos particulares da ilha de São Vicente, à procura de respostas e de cura.

“Desde que fiz a operação para retirar o útero comecei a sentir picadas na barriga. Passados alguns dias, comecei a expelir um líquido espesso, uma espécie de catarro, pelo ânus. Foi então que resolvi procurar outros médicos e fazer outros tratamentos para ver se estava com algum outro problema mais grave. Por exemplo, iniciei um tratamento intestinal, fiz endoscópias, que não apresentaram nenhuma resposta”, conta a cidadã em causa.

Segundo a nossa entrevistada, as reacções iam aparecendo gradualmente e cada vez mais fortes. “Cada dia tinha uma queixa, um sintoma. Depois começaram as cólicas, seguidas de perdas de sangue, que iam aumentando de intensidade. Comecei a temer uma anemia que, a meu ver, só não aconteceu porque cuidei muito bem da minha alimentação”.

Enquanto isso, as análises, consultas particulares e outros exames amontoavam-se na mesinha da cabeceira. Neles

nada constava. Foi então que, em desespero de causa, conforme confidenciou-nos, optou por um tratamento natural. “Comecei a praticar ginástica e natação. Mas, infelizmente, continuava a sentir-me mal comigo mesmo”.

No passado dia 20 de Fevereiro, por obra do destino, “Maria”, nome fictício que adoptamos para agilizar a conversa, foi atacada por uma incontinência urinária. “Não podia sequer sair do meu quarto de dormir. Com isso, comecei a desidratar a ponto de andar com uma garrafa de água na mão para molhar a garganta, tal a perda de líquido”.

No dia 22 de Fevereiro, prossegue, as dores de barriga voltaram com força e “Maria” procurou, mais uma vez, uma clínica. Foi munida de todo o seu historial de doença, inclusive dos exames e, segundo suas palavras, implorou à médica que a atendeu para descobrir a causa de tanto sofrimento. “A médica disse-me que iam iniciar um tratamento intestinal mais forte e avisou-me que teria de fazer algo que denominou de clister opaco. Entretanto, resolveram fazer um raio-x para ver se os meus intestinos estavam preparados e encontramos um objecto estranho. Repetiram o exame três vezes com o mesmo resultado. O relatório da médica fala em um objecto de metal, mas não tenho bem a certeza porque eu estava como que alienada, a repetição dos exames perturbou-me. Acreditava que encontraram um problema grave de saúde e estavam com

receio de me dizer que tinha um cancro ou outra doença grave”.

De imediato, indica “Maria”, foi marcada uma cirurgia para extrair o objecto. A operação aconteceu no dia 9 de Março, e foi-lhe retirado do abdómen um objecto de metal com 13 centímetros de comprimento. “Maria” teve alta do hospital na segunda-feira, 13. A cirurgia foi acompanhada com atenção por familiares, particularmente pelo esposo, mas também pela ginecologista que efectuou a primeira intervenção. “A médica estava preocupada, mas negava categoricamente que tivesse esquecido um objecto dentro de mim. Quando e retiraram, ela examinou-o e depois disse para o cirurgião que aquele objecto lhe era estranho, inclusive não existia em Cabo Verde”.

Mesmo assim, afirma, a médica pediu o objecto ao cirurgião para fazer uma cópia. Este não queria porque o meu marido estava na porta da sala de operação e queria ver o objecto, que já tinha visto nos exames de raio-x. Mas, depois de muita insistência, o cirurgião cedeu. “Ela ficou dois dias com o objecto na sua posse e quando decidi devolvê-lo parecia sem uso. Estranhámos o facto, mas o cirurgião garantiu-nos que ela limitou-se a fazer uma boa limpeza no instrumento para facilitar o reconhecimento”.

A paciente recebeu o objecto das mãos da própria médica, ainda na sala de observação e esta disse a “Maria” que esperava encontrá-la no tribunal, já que sabia que

eles iriam recorrer à Justiça. “Com uma linguagem imprópria, ela me alertou que estava preparada para defender-se de qualquer acusação. Acusou-me ainda de estar a tirar o pão da boca dos seus filhos, como se fosse eu a culpada. Fiquei espantada porque ainda encontrava-me em observação e muito fraca”, completa.

Esta atitude de um profissional de Saúde desagradou à família, que não quer que o assunto seja esquecido. Aliás, de acordo com “Maria”, por vontade da sua família o processo teria dado entrada no tribunal de São Vicente no dia seguinte. Mas ela, “Maria”, por receio ou pena, optou por reter o processo, pelo menos por enquanto, pois sofre de tensão alta e não está preparada para ver a sua vida devassada no tribunal. A paciente está em tratamento psicológico: “Fiquei sem condições físicas e/ou psicológicas para trabalhar e duvido se algum dia voltarei a leccionar. Agora temo pelas sequelas que possam aparecer porque o objecto estava colado à minha pele, pronto para sair do meu corpo. E os médicos já me alertaram que terei sequelas”.

Abordado por **A Semana**, Jorge Tienne director-geral do Hospital Baptista de Sousa, recusou-se a tecer comentários, alegando que não recebeu até agora nenhuma reclamação por escrito, nas admitindo queixa verbal.

Constância de Pina

## Jovem morre de insuficiência renal no HBS

# “Não gostaria que enviassem um cadáver para Portugal”

O pai da jovem Odálice Melício, de 21 anos, que faleceu na terça-feira, 14, no Hospital Baptista de Sousa, vitimada por uma insuficiência renal fulminante, assegura que a sua filha recebeu toda a atenção dos médicos, enfermeiros e direcção daquela instituição de saúde. Melício vai mais longe e afirma que foi “um benefício terem retardado a evacuação porque não gostaria que enviassem um cadáver para Portugal”.

Ferido pelo sofrimento, Aguinaldo Melício não deixa de agradecer às pessoas que têm apoiado a sua família nesta hora de dor, mas também a disponibilidade manifestada, sobretudo pelos profissionais de saúde de São Vicente durante a doença de Odálice Melício. “Recebi manifestações de apoio do Comando da POP e do Corpo de

Intervenção de São Vicente, do Comando do Fogo, onde trabalhei durante vários anos, de amigos, conhecidos, inclusive da Comunicação Social, que tratou o assunto com delicadeza”.

O presidente da Junta Médica do Hospital Baptista de Sousa afirmou: “Cabo Verde precisa urgentemente de um aparelho de hemodiálise”. Recorde-se que o dossier desta jovem seria levado à Junta que decidiu sobre a sua evacuação ou não para Portugal no dia 15. A jovem faleceu na véspera, ao fim da tarde.

A insuficiência renal desta jovem era antiga, mas só foi detectada nos primeiros dias de Março. Na altura, um dia antes da sua morte, o médico José António do Rosário Sousa Santos alertava que a situação da paciente era

muito grave. Nenhum dos dois rins funciona. Da parte da Junta e do Estado de Cabo Verde não existe dificuldade em deliberar por sua evacuação. Mas cabe a Portugal autorizar a sua saída. Há um protocolo que precisa ser seguido”, lamentava Santos, como que a pressentir o pior.

Sobre um possível atraso na evacuação, Sousa Santos recusa categoricamente que tivesse havido demora ou burocracia envolvendo a Junta na questão. “A doença manifestou-se tardiamente e de forma fulminante. Ela foi internada e fez os exames, mas a doença vinha de há algum tempo, apesar de evoluir de forma gradual e apresentar sintomas, como, anemia, urina frequente e transparente, entre outros, que terão passado despercebidos”, arrematou.

CP

TRIBUNAL DITA SENTENÇA NO CASO CANÁRIAS

# Cinco anos de prisão para as cabo-verdianas

5

**A Justiça espanhola colocou mão pesada no processo contra as oito mulheres cabo-verdianas detidas nas Canárias, quando tentavam entrar na Europa com um grupo de doze crianças e munidas com documentação falsa. Na sentença proferida quarta-feira pelo Tribunal de La Palma, o grupo foi condenado a cumprir cinco anos de prisão.**

**“Elas ficaram em estado de choque porque contavam ser condenadas ou três anos, no máximo. Estávamos a apontar para dois a três anos de cadeia. E, como já cumpriram um ano de prisão preventiva, poderiam sair em liberdade em pouco tempo”, explica o cônsul Juan Cardena, revelando como as mulheres receberam a condenação.**

A sentença do tribunal não diferenciou nenhuma das arguidas, ou seja, todas foram consideradas culpadas pelos crimes de tráfico humano e falsificação de documentos e apanharam a mesma pena: cinco anos de prisão. Entretanto, a defesa vai endereçar um pedido de extradição do grupo para Cabo Verde, com a condição de cumprirem o resto da sentença numa prisão nacional. O pedido deverá dar entrada no Tribunal até segunda-feira, o mais tardar.

Segundo Cardena, a lei espanhola abre a possibilidade das visadas poderem cumprir a condenação em Cabo Verde, uma vez que foram sentenciadas a menos de seis anos de prisão.

Quanto ao recurso ao Supremo Tribunal das Canárias, é um cenário em cima da mesa mas, segundo Juan Cardena, as mulheres preferem tentar primeiro a extradição para Cabo Verde. É que, se ficarem a depender de um parecer do Supremo, terão de aguardar

entre sete a nove meses por uma decisão.

“Vamos ler a sentença com sossego para saber qual foi a alegação do Tribunal. No entanto, a polícia apresentou provas em como as mulheres já tinham recorrido a esse expediente antes em troca de dinheiro, o que aponta para a ideia de prática reiterada de tráfico”, adianta o cônsul.

Segundo Cardena, a sessão de julgamento, que decorreu no dia 9 de Março, foi rápida, daí a expectativa da defesa em como o Tribunal pudesse condenar as visadas a dois anos de cadeia. O grupo incorria a uma pena máxima de oito anos e, durante o julgamento, o Ministério Público chegou a propor a redução dessa sentença para metade, com a condição do juiz prescindir do julgamento formal.

Esta iniciativa foi recusada, pelo que o juiz optou por realizar o julgamento numa única sessão. Segundo Cardena, as oito arguidas foram acusadas de falsificação de documentos e tráfico de pessoas, mas alegaram inocência

no tocante a este segundo ponto. “Reconheceram que tinham documentos falsos na sua posse, mas alegaram inocência quanto ao tráfico de pessoas. Defenderam que o objectivo da viagem era a reunificação familiar e que não andavam a fazer isso por dinheiro”, conta o cônsul de Cabo Verde, cuja expectativa agora é que as Canárias venham a aceitar a extradição do grupo para Cabo Verde, onde pode cumprir o resto da pena.

O grupo, que não tinha antecedentes criminais, foi capturado nas Canárias quando tentava introduzir doze adolescentes na Europa, de forma ilegal. As oito suspeitas, tidas por rabadantes, foram detidas para serem apresentadas ao Tribunal enquanto que as restantes doze pessoas – sete mulheres e cinco homens – ficaram a aguardar a ordem de expulsão do território espanhol. O caso alongou-se por mais de um ano, vindo a culminar, agora, com a sentença da Justiça espanhola: cinco anos de prisão.

KzB

Sexta-feira, 17 de Março de 2006

Actualidade

**CSA Cabo Verde Shipping Agency, Lda.**

**De porto em porto até si.**

Portos	REMO II Voy 22.608	EASTSTAR Voy 22.609	REMO II Voy 22.610	EASTSTAR Voy 22.611	REMO II Voy 22.612	EASTSTAR Voy 22.613	REMO II Voy 22.614	EASTSTAR Voy 22.615
Rotterdam (a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Amsterdã (a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Lo Havre (a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Lisboa	6 Mar	17 Mar	27 Mar	5 Abr	17 Abr	26 Abr	8 Mai	17 Mai
Funchal	11/14 Mar	16 Mar	28 Mar	6 Abr	18 Abr	27 Abr	9 Mai	18 Mai
S. Vicente (b)	11 Mar	20 Mar	31 Mar	9 Abr	21 Abr	30 Abr	12 Mai	21 Mai
Praia	15 / 16 Mar	23 Mar	3 Abr	12 Abr	24 Abr	3 Mai	15 Mai	24 Mai
Bissau	14 / 15 Mar	24 / 25 Mar	04 / 05 Abr	13 / 14 Abr	25 / 26 Abr	04 / 05 Mai	10 / 17 Mai	25 / 26 Mai
Leixões	18 / 19 Mar	27 / 28 Mar	07 / 08 Abr	16 / 17 Abr	28 / 29 Abr	07 / 08 Mai	19 / 20 Mai	28 / 29 Mai
	25 Mar	2 Abr	14 Abr	23 Abr	6 Mai	14 Mai	26 Mai	4 Jun

Obs.: (a) O transporte até Lisboa será efectuado pelo serviço da CPDR ou Portlink.  
(b) Subject inducement

**Santiago - Praia**  
Rua Visconde S. Januário n°12  
Caixa Postal 501 - Praia

**João Nunes**  
Tel: +238 2 611179  
Fax: +238 2 611198  
E-Mail: csa.com@cvtelecom.cv

**S. Vicente - Mindelo**  
Rua Angola - Prédio Miguel  
Coronel R/C - Mindelo

**Lucas Monteiro**  
Tel: +238 2 322750  
Fax: +238 2 322751  
E-Mail: csa.vxe@cvtelecom.cv

Agentes em Cabo Verde de:



STORKSHIP

# EUA criticam justiça cabo-verdiana

O relatório anual do Departamento de Estado norte-americano sobre os direitos humanos no mundo refere que Cabo Verde tem tribunais “ineficazes” e “com falta de recursos humanos”, salientando que, apesar do país garantir o direito a julgamentos justos, o sistema judicial está “sobrecarregado” e “tem excessivos adiamentos”. O abuso da força por polícias, as condições degradantes das prisões, a violência exercida sobre as mulheres e as crianças e a auto-censura nos media são outros pontos criticados por Washington.

Frisando que, no final de 2003, “Cabo Verde tinha mais de 12.055 casos pendentes”, o relatório anual do Departamento de Estado refere que “a morosidade do sistema judicial afecta o direito dos cidadãos a um julgamento célere”. Regista ainda que é “rotina” adiar-se por seis meses ou mais os julgamentos em tribunal.

Apesar da lei prever o acesso a “um julgamento independente e do Governo respeitar esse direito”, o sistema judicial, salienta o relatório, “tem pouco pessoal e é ineficaz”.

Sobre a prisão preventiva, diz ser “um problema grave”, uma vez que “é demasiado prolongada”. “Os detidos ficam mais de um ano na prisão sem serem formalmente acusados”, reforça o documento, acrescentando que “é comum não chegar a haver instrução sobre crimes graves dada a morosidade do sistema”.

Washington chama ainda a atenção para o abuso da força pelas forças policiais, dizendo que “há relatos de polícias que agredem pessoas sob custódia ou em detenção”. Salienta também o uso desproporcionado da força dos oficiais militares sobre os seus subordinados. Como exemplo, refere um caso ocorrido a 23 de Outubro de 2005, “em que um cabo foi agredido 25 vezes com um bastão, num castigo ordenado pelo seu comandante”. A família apresentou queixa-crime contra as

Forças Armadas, mas o caso ainda aguarda julgamento, diz o relatório.

As prisões são outro problema. “Condições deficitárias, excesso de detidos nas instalações prisionais, más condições sanitárias e fraca assistência médica” são algumas das críticas apontadas pelo Departamento de Estado norte-americano.

O motim na prisão de São Martinho, ocorrido a 25 de Dezembro do ano passado, em Santiago, e que resultou na morte de um preso, é lembrado no documento. O facto de os detidos menores partilharem o mesmo espaço prisional dos adultos, assim como a mistura de presos preventivos com os condenados são outros aspectos negativos evidenciados pelo relatório.

Algumas das questões reportadas no relatório são recorrentes. É o caso da violência contra as mulheres e crianças, novamente alvo de atenção por parte do Departamento de Estado, liderado por Condoleezza Rice. A violência doméstica sobre as mulheres é “generalizada”, sublinha o relatório. No entanto, reconhece que o Governo e a sociedade civil incentivam a denúncia dessas situações, frisando que há cada vez mais casos reportados à Polícia e uma maior exposição do assunto nos media. O assédio sexual “é muito comum” e “culturalmente aceite”, não constituindo crime, refere ainda.

“Problemas graves” são ainda

o abuso sexual, o desrespeito pelas crianças e a prostituição infantil. Reporta, a este propósito, o caso de uma rede de tráfico de 179 crianças, descoberta em Espanha e que levou à detenção de oito cabo-verdianos, julgadas e condenadas esta semana nas Canárias (ver pág. 5).

Finalmente, e uma vez mais, o relatório retoma a questão da “auto-censura” existente, principalmente nos media controlados pelo Governo.

## REACÇÕES

O relatório do DE foi comentado esta semana pelo procurador-geral adjunto, Júlio Martins. Em entrevista à Televisão de Cabo Verde, ele considera “exageradas” certas apreciações do documento, nomeadamente a alegada ineficácia da Justiça cabo-verdiana. Outro “exagero”, na opinião do representante do Ministério Público, é a afirmação de que a violência contra as mulheres e as crianças se generalizou, defendendo, antes, que essa percepção existe porque há hoje em dia mais denúncias na comunicação social.

O teor do relatório do DE, publicado em primeira-mão por “asemanaonline” foi um dos temas mais comentados esta semana pelos leitores do nosso site. No rol dos comentários não faltaram leitores a reconhecer a pertinência



do alerta que constitui o referido relatório para a melhoria do sistema judicial cabo-verdiano, a que se aponta, há muito, a morosidade como um dos problemas mais agudos. Mas também não faltaram leitores que consideram que os EUA não têm neste momento moral para criticar a situação dos direitos humanos em parte alguma do mundo, tendo em conta o que se passa em Guantanamo ou nas prisões iraquianas sob a custódia de Washington. É o caso, por exemplo, do comentário da cabo-verdiana Natalina Lima, para quem o problema da Justiça em Cabo Verde é muito mais complexo do que à primeira vista aparece.

“Os EUA”, diz essa cidadã, “não têm moral para criticar a actuação de outros países a nível de direitos

humanos, quando é certo e sabido que o seu sistema judicial é dos piores do mundo. Reina em relação aos erros judiciários, é bárbaro quando pune aplicando penas de morte que fazem lembrar a Inquisição, sem falar da situação de Guantanamo. Integro um sistema novo introduzido em Portugal, que é a vigilância electrónica, e lido constantemente com as dificuldades de um país com séculos de História, que tenta superar os problemas da sobrelocação das prisões, excesso de prisão preventiva, atrasos nos tribunais. Tudo isso para dizer que Cabo Verde herdou a pesada burocracia da antiga metrópole e superou-a. Desfazer-se dela implica uma mudança radical de mentalidades e de práticas que, acredito, irá acontecer”.

RVS/JVL

## STJ chumba impugnação e UCID de Santiago pede congresso

O Supremo Tribunal de Justiça acaba de considerar “intempestivo” o requerimento da Comissão Permanente da Comissão Política Nacional para impugnar o XI Congresso realizado em Outubro de 2005, no Mindelo. O presidente da mesa daquele órgão, Antero Barros, já tem em seu poder um novo pedido da região de Santiago, para a realização de um novo congresso a 28, 29 e 30 de Julho. Osvaldino Andrade, que se assume como Secretário Executivo da UCID e protagonista de tal acção, diz que quer um congresso extraordinário para legitimar os órgãos internos do partido, e vai anunciando que a região de Santiago, em parceria com a da Holanda, dispõe já de uma lista para disputar a liderança da organização.

A vida interna da UCID pode vir a conhecer mais uma reviravolta. É que mal o STJ considerou, no seu Acórdão nº4/2006, de 1 de Fevereiro, intempestivo o pedido da impugnação do XI Congresso realizado em Outubro de 2005, há um outro requerimento, subscrito por Osvaldino Andrade, a pedir a convocação de um novo congresso extraordinário.

Andrade, que se assume como Secretário Executivo cessante, foi um dos protagonistas do pedido para se anular o congresso do Mindelo, por considerar que António Monteiro, ao convocar de forma ilícita a referida reunião enquanto membro do Conselho Nacional, usurpou a competência do presidente da Mesa do Congresso e do CN. Ou seja, o que está em causa é o disposto n.º 1 do artigo 15º dos Estatutos da UCID em vigor,

segundo o qual o Congresso Nacional reúne-se ordinariamente de três em três anos e extraordinariamente a requerimento da Comissão Política ou de 500 militantes.

Ainda assim, o STJ conclui que a referida “acção de impugnação é manifestamente intempestiva, o que obsta ao conhecimento do mérito da decisão”. Esse tribunal fundamenta que o recorrente não esgotou as vias internas gratuitas previstas no estatuto da UCID, antes de impugnar contenciosamente o acto em causa. É que o assunto não passou, conforme fontes do mesmo partido, para o Conselho de Jurisdição Nacional e Fiscalização, o órgão que tem a competência para decidir sobre a matéria em apreço, já que o mesmo se encontrava desfalcado de membros.

O STJ alega, por outro lado, que a petição devia ser apresentada no prazo de cinco dias, a contar da identificação da deliberação do órgão competente, para conhecerem em última instância da validade ou da regularidade do acto da impugnação. O último congresso decorreu nos dias 29 e 30 de Outubro de 2005, mas só a 21 de Dezembro do mesmo ano é que o pedido da sua anulação deu entrada no STJ.

A decisão do STJ pode simplesmente reacender a clivagem existente neste momento entre os grupos de António Monteiro e Osvaldino Andrade, tendo este encaminhado já um outro requerimento à Mesa do Congresso, solicitando, em nome da CPN, a convocação do XII Congresso da UCID. Diz que pretende com

esse seu gesto relegitimar os órgãos dirigentes do partido, já que, segundo ele, o presidente da CPN, Manuel Rodrigues, faleceu e o Conselho de Jurisdição Nacional e Fiscalização se encontra desfalcado de membros.

Andrade avança ainda que a ilha de Santiago já tem, em parceria com a estrutura da Holanda, uma lista de candidatos para os diferentes órgãos nacionais do partido. A mesma fonte assegura que António da Silva, residente na Holanda, é proposto para presidente da CPN. Silva será coadjuvado por três vice-presidentes: Ramiro Soares, da região de Santiago que já foi secretário executivo nacional; José Silva, empregado comercial da região de S. Vicente, que também já desempenhou esse cargo; e José António Galvão, pertencente à região dos EUA. A proposta referida pretende ainda reconduzir Antero Barros no cargo de presidente da Mesa do Congresso e do CN, e José António Ramos, residente em Portugal, é indicado para as funções de presidente do Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização.

Abordado por este jornal, o presidente da Mesa do Congresso e do CN mostra-se, na sequência da recente decisão do STJ que indeferiu o pedido da impugnação do último congresso, cauteloso relativamente ao pedido para a convocação da reunião daquele órgão máximo da UCID. Antero Barros promete falar sobre o assunto só depois de ouvir os subscritores da carta, que confirma ter em seu poder desde há já alguns dias.

Alfírio Dias de Pina

## DN DO MPD REÚNE-SE

A Direcção Nacional do MpD estará reunida nos dias 25 e 26 deste mês, na Praia, para analisar as causas da derrota desse partido nas últimas eleições. A convocação para breve de uma convenção extraordinária para eleger uma nova liderança é outro ponto. A reunião da DN do MpD promete ser quente, já que, segundo as nossas fontes, há vozes críticas que pensam exigir responsabilidades não só ao ainda presidente do MpD, Agostinho Lopes, como também a outros dirigentes nacionais, particularmente Jorge Santos e Orlando Dias. Estes últimos por causa da forma como geriram o processo de constituição das listas de candidatos a deputados em Santo Antão e Santa Cruz, respectivamente, onde os ventoinhas sofreram a sua maior derrota de sempre.



## Ajuste de contas e Convenção a caminho

A Direcção Nacional do maior partido da oposição vai estar reunida nos dias 25 e 26 deste mês, na Praia, para debater vários aspectos relacionados com a vida interna e o futuro da organização. Os dirigentes ventoinhas vão analisar as situações que levaram à derrota do MpD nas últimas eleições gerais e decidir a data da convenção extraordinária que é encarada com carácter de urgência, quanto mais não seja para eleger uma nova liderança.

De acordo com as nossas fontes, esta primeira reunião da DN depois das legislativas e presidenciais deste ano tem todos os contornos para ser escaldante. É que há vozes críticas que perspectivam exigir responsabilidades não só ao presidente cessante do partido, Agostinho Lopes, como também a outros dirigentes nacionais, pelos fracos resultados que o MpD obteve nos últimos pleitos eleitorais realizados em Cabo Verde.

Um dos membros da DN assevera a este jornal que Jorge Santos, "que conduziu mal o processo eleitoral em Santo Antão", vai ser um dos visados durante a referida reunião. "Ele vai ter que explicar e assumir as suas responsabilidades perante a DN, na sequência da primeira derrota que o MpD so-

freu numa ilha tida como seu bastião, Santo Antão. Tudo por causa da forma como conduziu o processo de constituição das listas dos candidatos locais do partido às últimas eleições gerais. JS fez finca-pé, não ouviu os presidentes das Câmaras do Porto Novo e do Paul e os principais quadros do partido na região, mantendo na referida equipa pessoas fortemente contestadas. São os casos de Francisco Dias, na Ribeira Grande; o antigo edil do Porto Novo, Joel Barros, e o actual coordenador ventoinha naquele concelho, Osvaldino Silva, que acaba de pôr o seu cargo à disposição".

O mesmo se poderá dizer relativamente ao cabeça da lista de Santa Cruz, Orlando Dias, a quem o grupo de Pedro Alexandre Rocha pensa exigir explicações sobre o fraco "score" alcançado pelo MpD nesse concelho de Santiago. É que, na perspectiva dos nossos informantes, de nada serviram os vários apelos lançados por apoiantes de Pedro Alexandre para a recomposição da lista. "Antes pelo contrário viram-se afastados da lista local do MpD". Agostinho Lopes também não é poupado pela contra-corrente ventoinha de Pedra Badejo. Dizem que não tomou medidas para resolver esse conflito e

o resultado foi o que se viu: dos quatro eleitos por aquele círculo eleitoral a oposição elegeu apenas um deputado, num município que, até há bem pouco tempo, era uma das praças fortes do MpD em Santiago.

Mas os ajustes de contas ou a lavagem de roupa suja no MpD poderá não ficar por aí. Outras fontes garantem que a próxima sessão da DN deverá ainda debater a divergência que se registou entre a actual liderança e as alas de Ulisses Correia e Silva e Jorge Santos, aquando da sessão constitutiva da VII legislatura da Assembleia Nacional. É que foram essas duas sensibilidades que, em parceria com Mário Silva, deram todas as cartas, repartindo inclusive entre eles os poderes a nível da direcção do grupo parlamentar do MpD e da Mesa da AN. Um protagonismo que deitou por terra as pretensões de Agostinho Lopes para o preenchimento dos referidos lugares com Jorge Nogueira e Filomena Delgado, respectivamente.

Diante de tudo isso, a saída, conforme defendem alguns responsáveis, será a convocação urgente de uma convenção extraordinária, o que aliás constitui um dos pontos importantes da ordem do dia dessa reunião. "Caberá à Direcção Nacional decidir da

necessidade ou não da convocação de uma convenção extraordinária do MpD", salienta o Secretário Executivo Nacional, Jorge Nogueira, para quem a acontecer tal evento, este poderá servir para renovar os órgãos dirigentes nacionais, incluindo um novo líder, e dotar o partido de uma estratégia para os próximos tempos.

Nogueira fez questão de realçar que até agora nenhum dos órgãos nacionais ou regionais recebeu críticas no sentido de responsabilizar individualmente qualquer dirigente por causa da derrota do MpD nas últimas eleições. "Talvez essas vozes críticas que referiu visem criar alguns ruídos no partido e atingir alguns dirigentes, nomeadamente Jorge Santos, aproveitando algumas divergências já conhecidas", avisa aquele dirigente.

Jorge Nogueira diz, no entanto, que vai para a próxima reunião da DN de consciência tranquila, por ter feito tudo o que esteve ao seu alcance para o bom funcionamento da organização. "O importante agora é tirar as ilações possíveis sobre os resultados das últimas eleições e trabalhar no sentido de dar resposta às expectativas das bases do MpD", advoga. ADP

## MpD/Porto Novo procura coordenador

A Assembleia Concelhia do Movimento para Democracia no Porto Novo deverá reunir-se na próxima semana para traçar os cenários possíveis para preencher o lugar deixado vago com a demissão do seu coordenador, Osvaldino Silva. Este colocou o cargo à disposição na semana passada, em consequência dos resultados nas legislativas de Janeiro, que ditaram a derrota do partido. Ao MpD, segundo ele, resta efectuar eleições antecipadas ou nomear uma comissão de gestão.

A oficialização do seu pedido de demissão aconteceu nesta terça-feira, 14, mas Osvaldino Silva já tinha manifestado esta vontade na Comissão Política Regional que se reuniu a 10 de Março. Ao **A Semana**, Silva confirmou que a sua renúncia ao cargo se deve à derrota do partido nas legislativas, quando perdeu os dois mandatos para o PAICV, partido que nunca antes vencera qualquer embaite nesse Círculo. "Não obstante a minha demissão, estou disponível para voltar a recandidatar-me à direcção do partido, se esta for a vontade dos militantes. Mas tam-

bém estou na disposição de servir o partido lá onde seja preciso", assegura.

Enquanto isso, Osvaldino Silva exorta os ventoinhas do Porto Novo a arregaçar as mangas e trabalhar para manter a Câmara Municipal nas hostes do MpD. "Os militantes do MpD precisam estar conscientes de que, se se repetir o cenário que tivemos nas eleições legislativas, o PAICV vence as autárquicas que acontecem daqui a dois anos, com maioria absoluta. Temos de estar juntos e coesos para manter a Câmara", avisa.

Falando dos resultados das legislativas, apesar de estar há apenas um ano na coordenação local do partido, Silva não admite um desaire pessoal seu ou do MpD e diz estar consciente do crescimento do PAICV no Porto Novo, mas também admite alguns erros internos do partido, que precisam ser assumidos. "Cometemos alguns erros estruturais no Porto Novo. Por exemplo, temos pessoas com responsabilidades políticas, inclusive alguns eleitos pela lista, que nada

fizeram para ajudar o partido. E se fizeram algo foi para prejudicar, porque deixaram os seus interesses pessoais sobreporem-se aos do município", explica Silva, para quem faltou união, situação resultante de clivagens existentes no partido desde as eleições que o colocaram como coordenador.

Estas terão agravado ainda mais com a sua opção de retirar todos os "estrangeiros", isto é, os militantes do MpD que residem fora do município, da lista que concorreu às legislativas. "Entendi e entendo que Porto Novo possui gente com capacidade para defender os interesses do município. Tive a coragem de retirar alguns nomes considerados históricos da lista e fui muito criticado, apesar desta apresentar apenas pessoas dispostas a dispensar uma atenção especial ao município", informa Silva, que se mostra orgulhoso por ter conseguido aumentar "significativamente" o número de militantes e melhorar a organização do partido a nível local.

Constância de Pina

# "A montanha p

A sindicância realizada na Alfândega da Praia volta a ser notícia, por causa do novo relatório, de mais de 40 páginas, que o actual director daquele serviço, Joaquim Sena Silva, remeteu à Inspeção Geral das Finanças (IGF), pondo em causa o trabalho realizado pela equipa desta instituição em finais de 2004. Esta reacção de Sena Silva, que se excusou por ora a abordar o assunto na comunicação social, surge na sequência de um despacho do ministro João Serra, que ordenou uma aferição no terreno sobre o estado de cumprimento do seu despacho sobre alegados casos de corrupção que a IGF diz ter detectado, nos finais de 2004, na repartição aduaneira da capital.

Conforme uma nota de 3 de Novembro último, que exige um ponto da situação sobre o cumprimento do despacho da tutela, em causa estavam sobretudo o andamento das 31 participações de descaminhos de direitos praticados por vários operadores económicos da praça, os processos concluídos, as coimas correspondentes aplicadas e o fundamento das decisões tomadas por parte da Alfândega da Praia no sentido de agilizar tais processos.

Mas a resposta do actual direc-

tor da Alfândega chega com teor de ajuste de contas. No seu relatório de 40 páginas a que **A Semana** teve acesso, Joaquim Sena rebate ponto por ponto o relatório da IGF, para concluir: "*A montanha pariu um rato*". "*Nenhum caso concreto de corrupção foi provado*".

O documento de Sena Silva afirma que o "*dossier*" em apreço foi tratado indevidamente, já que para haver corrupção tem que haver mais do que uma pessoa envolvida. Vários outros intervenientes no processo foram ignorados, refere, como os casos de Despachantes Oficiais, Guarda Fiscal e Enapor. "*Temos confiança que entidades competentes terão em linha de conta os factos e dados do processo, dispensando os comentários dos sindicantes, resultantes da in-experiência e desconhecimento da coisa aduaneira, sugerindo que se tenha em atenção este aspecto em sindicâncias futuras*".

O director da Alfândega da

Um autêntico desconforto marca neste momento as relações entre a Alfândega da Praia e a Inspeção Geral das Finanças, uma instituição de capital e que na altura deu bastante brado devido às suas conclusões explosivas. Hoje, um braço da IGF, a Inspeção de Finanças, com o actual director da Alfândega da Praia, Joaquim Sena Silva, a dizer claramente desqualificando assim o trabalho dos inspectores. Irritado com o que considera uma "insubordinação" que chama "infidelidade administrativa" de Sena Silva. Esta pode ser a



Praia põe, no entanto, um porém na sua primeira afirmação taxativa para realçar que, apesar de

estar há bem pouco tempo à frente daquela repartição, detectou que, à volta do Porto da Praia, gravi-



## Inspect

O Inspector Geral das Finanças, José Mário Sousa, manifestou-se de uma nota de 6 de Fevereiro, preocupado com o teor do "*contra-relatório*" da Alfândega da Praia sobre o pedido do Ministro das Finanças, José Sócrates, pretendia aferir as medidas tomadas no tocante aos casos de corrupção detectados durante a sindicância à Alfândegas da Praia realizada pela a equipa da IGF no seu relatório de finais de 2004.

Além de achar que o referido contra-relatório do actual director da Praia constitui um incumprimento das ordens do superior hierárquico nos termos do estatuto disciplinar dos agentes e funcionários da Administração Pública, José Mário Sousa qualifica o conteúdo da resposta de Sena Silva como sendo "*uma tentativa desesperada da Alfândega de tentar alterar o processo da sindicância e condicionar, de forma indevida, a acção da Inspeção Geral das Finanças*".

José Mário salienta que já tinha sinais evidentes do desconforto que a missão provocada pela missão da IGF junto dos dirigentes aduane-

# “Pariu um rato”

Inspeção Geral de Finanças, um ano depois da sindicância efectuada aos serviços aduaneiros da Alfândega da Praia, o Director da Alfândega da Praia de ferro entre essas duas entidades públicas está a pôr em causa as conclusões da referida sindicância, perante que “a montanha pariu um rato”, porquanto “nenhum caso concreto de corrupção foi provado”, o inspector-geral das Finanças, José Mário Sousa, diz-se estarecido, e pasmado face ao primeiro batata quente de João Serra neste início de nova legislatura.



*Tais práticas envolvem várias instituições, como a breve trecho será provado de forma credível e irrefutável”.*

Mas nem isso impede Joaquim Sena de criticar as conclusões “duras” dos sindicantes para com o director demitido, Carlos Dido St’Aubyn, já que nada dizem a favor deste. Isto, para além das condições de trabalho, as instalações insuficientes, a falta de pessoal e o nível dos mesmos, elementos disfuncionais que não foram referidos na sindicância realizada por IGF.

Para mostrar que a AP funciona, e bem, apesar da insuficiência de meios, o chefe da aduana da capital avançou que os seus serviços registaram uma movimentação considerável em 2004. A título de exemplo, precisa que o fluxo de mercadoria para a Delegação Aduaneira de Assomada reduziu de 2.833 em 2003 para 2.551 em 2005, a referida delegações con-

seguiu cobrar 5.255.028.519\$00 de receitas, ultrapassando assim as previsões orçamentais. Nesse mesmo período só o Porto da Praia realizou 25.127 despachos simplificados de taxa única (30%) uma média diária de cerca de 97 despachos, originando cerca de 425.396.660\$00 de receitas.

Ainda de acordo com Joaquim Sena, no ano de 2004 a Alfândega da Praia analisou 1005 processos de regimes especiais de isenções, lavrou 1.079 notas de verificação em declarações de bilhetes de despacho, as quais tiveram como consequência a cobrança de mais de 46.083.310\$00 em receitas para o Estado. As coimas estão estimadas em cerca de 9.000.000\$00.

“Mas esses números nada representam para os sindicantes. Das generalizações gratuitas, ilações graves, comentários a despropósito como ‘sintomático’ e outros, fica-se com a impressão de que os sindicantes, para além de averiguar sobre o funcionamento dos serviços como diz a lei, tinham como obrigação conseguir qualquer coisa que pusesse o anterior director em causa perante a administração”, conclui Joaquim Sena Silva no seu relatório. (mais detalhes na página 14).

Alirio Dias de Pina

tam várias práticas de corrupção, tendo já participado “várias ilicitudes graves, cujos arquivos, deviam ser devidamente identificados, respondem por factos e não suspeitas originadas em denúncias anónimas.

## Director Geral pasmado

esta-se, através do relatório da Alfândega da Praia, que o Director da Alfândega da Praia, que se encontra a ser denunciado

da Alfândega da Praia, que se encontra a ser denunciado

to e incompreensíveis. “Mas com

esta (nota) ficamos estarecidos, pasmados e aborrecidos. Pois, transformar um elemento procedimento em auditoria ou inspecção - confirmação junto de terceiros -, num ‘cavalo de batalha’, numa infidelidade administrativa e facto gerador de instabilidade dos órgãos da administração pública, colocando inclusivamente a idoneidade dos serviços aduaneiros em causa e falta de consideração para os profissionais alfandegários, na óptica dos dirigentes aduaneiros! Meus Deus, que falta de conhecimento de causa! Que insensatez! Que ignorância dos meandros do controlo”, rebate.

Sousa esclarece que a Inspeção Geral das Finanças tem efectuado várias participações, tendo solicitado informações sobre o andamento das mesmas. E pelo tempo já transcorrido - mais do que um ano, sem respostas concludente a IGF já está a ponderar a hipótese de proceder a recolha de provas externas junto dos operadores económicos, no caso transitórias, as quais sempre prevalecem sobre as internas.

Aquele responsável realça ainda, através da sua nota de réplica ao contra

relatório do director da Alfândega da Praia, que a IGF pauta a sua actuação pela legalidade, regularidade e eficiência económica na gestão dos fundos públicos, sendo o seu único propósito a salvaguarda dos bens públicos, verificando, fiscalizando e promovendo a sua correcta gestão, não constituindo seu fim a criação de instabilidade institucional, o desrespeito dos funcionários e muito menos das instituições da República. “Pelo contrário, a IGF deverá ser ‘os olhos e ouvidos’ do governo e constituir a ‘consciência financeira da Nação”, defende o Inspector Geral das Finanças.

José Mário Sousa aproveita para, de entre outros aspectos rebatidos na sua resposta à chefia da Alfândega da Praia, garantir que não é verdade que a sindicância seja um procedimento sigiloso e de confidencialidade, já que possui uma fase em que existe um convite à delação através de anúncios públicos e editais publicados em jornais e locais públicos.

ADP

Sexta-feira, 17 de Março de 2006

Correio das ilhas



**O relatório do director da Alfândega da Praia, Joaquim Sena, remetido à Inspeção Geral das Finanças analisa o andamento das 31 participações de descaminhos de direitos alegadamente praticados por vários operadores económicos nacionais, bem como as coimas aplicadas por cada um dos processos no âmbito da sindicância realizada na repartição aduaneira da capital. No seu contra-relatório remetido à IGF Sena salienta que as nove primeiras participações de bilhete de despacho pecam por falta de substância, ao mesmo tempo que esclarece os demais casos apurados pelos sindicantes.**



## O processo das participações e coimas

O relatório do director da Alfândega da Praia fundamenta que as nove participações referidas no despacho dos inspectores das Finanças como sendo grave violação da lei não são mais do que bilhetes de despacho que excederam o prazo de 10 dias na tesouraria. É que, segundo a sindicância realizada nos serviços aduaneiros da capital, o somatório das imposições devidas ao Estado por causa dessas infracções fiscais atinge o montante de 15.908.156\$00. Mas o director da Alfândega da Praia vem dizer agora no seu relatório que tais participações pecam por falta de substância e esclarece: "na altura da inspecção, os despachos respectivos encontravam-se na tesouraria, mas as mercadorias a que se referiam permaneciam nos armazéns da Enapor, nos entrepostos dos operadores ou estavam a ser vendidas em hasta pública".

Joaquim Sena cita o caso dos dois automóveis pertencentes à Firma Forcabo, que foram introduzidos no consumo sem que a declaração para a sua saída do entreposto estivesse completa. E sobre este assunto diz que a Alfândega da Praia, ao constatar essa "irregularidade", gerou o processo fiscal n.º 64/2004, que culminou com a sentença do então director da Alfândega da Praia, tendo sido apurado pelos despachos C14476/15911 de 04/11/04 e C11199/15204 de 21/10/04 e Guia de cobrança n.º 153, de 27/9/05.

Rebatidas foram também as participações que vão dos nºs 11 a 29, e que dizem respeito a contentores pertencentes a diversos operadores nacionais, os quais, nos termos da lei, deviam ser reexportados no prazo de 90 dias após a sua entrada no território aduaneiro. Ou seja, conforme participou a equipa de inspectores, do levantamento e respectivo arrolamento informático feito, constatou-se a existência de 16.034 contentores em transgressão, envolvendo um valor aduaneiro de 830.595.654\$00.

Sobre este particular, o novo director da Alfândega da Praia acusa a IGF de uma grande incongruência, porquanto o Porto da Praia sequer tem a capacidade para domiciliar mais que dois mil contentores. Ademais, diz ainda Joaquim Sena, tratando-se de artefactos, desde que consignados a uma só agência, pagar-se-ia, sendo por unidades ou milhares, somente cerca de 700\$00 pelo despacho de reexportação. Um número que, diz Sena, nada se assemelha a 16.034, para afirmar de seguida: existiam sim, aquando da sindicância realizada, contentores em transgressão no Porto da Praia. É que esses contentores, acrescenta a

mencionada nota, saíram reexportados sem o competente despacho aduaneiro, por complacência da Guarda Fiscal ou ainda porque se encontravam no porto, em transgressão como carga demorada. "Mas a direcção desta Alfândega se penitencia pela inexistência de apuramento nos livros e registo informático, uma situação imperdoável e cujos culpados deviam ser punidos. Contudo, pelo exagero da constatação dever-se-ia ter mais rigor na sindicâncias e mais contenção nas informações veiculadas superiormente, pois o montante a negrito e exclamações induziram a juízos e despachos irreparáveis", considera o director da AP. E informa "existem actualmente no Cartório da Praia vários processos administrativos respeitantes aos contentores demorados, cuja venda em hasta pública se encontra sustada, face ao impacto negativo que uma proliferação de contentores pela cidade acarretaria".

O informe do director da Alfândega da Praia esclarece também a participação relativa à viatura BMW, matrícula ST-59-FS, importada pelo embaixador, José Armando Duarte, que na altura da sindicância circulava irregularmente. A missiva remetida à DGCI avança que após o pedido da alienação a favor do cidadão Carlos Alberto Oliveira, este não efectivou a compra superiormente autorizada, tendo-se, no entanto, mudado a chapa da matrícula do referido carro. Tal participação deu origem ao processo fiscal n.º 72/04, que culminou com a sentença do anterior director da Alfândega, e cuja coima de 100.000\$00 teve o número de receita 18777, de 21/12/04.

Mas os esclarecimentos sobre o andamento das participações não ficam por aí. O relatório avalia igualmente o processo relativo ao automóvel marca Mercedes Benz, matrícula ST-36-CV, importado temporariamente, e que se encontra em transgressão desde Dezembro de 1998. Porque nem a POP e nem a Guarda Fiscal conseguiram apreender tal viatura. O actual director da repartição aduaneira da Praia diz ter ordenado um expediente no sentido de organizar o processo n.º 77/2005 para o apuramento das responsabilidades e cobrança coerciva, sendo esta a única participação relacionada com a sindicância feita em 2004 que está ainda por ser apurada.

A nota do Inspector Geral das Finanças, José Mário Sousa, também exigiu explicações sobre as coimas aplicadas por processos e a globalidade das 31 participações efectuadas no âmbito da sindicância realizada na Alfândega da Praia. Mas o director desta contesta

a IGF dizendo que as participações foram elaboradas sem se ter em conta a conjugação das legislações e procedimentos aduaneiros. É que, segundo fundamenta Joaquim Sena, excepção feita aos processos números n.º 10 (os dois automóveis da firma Forcabo) e 30 (BMW de José Armando Duarte) que deram origem a processos fiscais, cujas coimas foram graduadas em 300.000\$00 e 100.000\$00 respectivamente, dificilmente se poderá relacionar receitas ou multas posteriormente arrecadadas com as coimas.

### Outros casos denunciados

O relatório em causa aprecia, por outro lado, os demais casos denunciados pela sindicância às Alfândegas da Praia, com destaque para os despachos que a equipa inspectiva considerou serem irregulares. Sobre a colocação de televisores com a nomenclatura 85.28.12.11.11 desmontados para indústria de montagem, o chefe aduaneiro da Capital explica que essa classificação errada foi objecto de uma nota de conferência do Serviço de Revisão e Controle, que corre os seus trâmites normais.

No tocante à falsificação do ano de fabrico do Toyota Land Cruiser - B-D. N.º 4580, de 13/04/04, matrícula ST-26-ID, de José Luís Gomes dos Santos, o documento salienta que o sindicante desconhece que os dados técnicos das viaturas sujeitas a despacho, incluindo o ano de fabrico, são fornecidos pela direcção Geral de Transportes Rodoviários, que é a entidade competente na matéria. "A DGTR já foi alertada várias vezes sobre esses factos e competiria a esta instituição desencadear as providências judiciais sobre tal irregularidade, já que é ela quem foi enganada", adverte o director da AP.

Sena rebate a "pretensa" oferta do reverificador Ricardo Almeida de um Nissan Micra branco, por parte da firma KHYM NEGOCIO, através da sucursal Ballita Tanding para concluir que esta acusação é grave e "parte duma denúncia anónima sem qualquer elemento de prova, daí esperar que o caso seja provado pelos sindicantes e remetido ao Ministério Público".

Quanto ao pagamento a menos no despacho Audi A6, de Diamantino Pedro - Que. Auto. Soc. Unip., o director da AP salienta que o Serviço de Revisão e Controle tem acompanhando esse caso, estando o processo a seguir os seus trâmites normais. O mesmo se poderá dizer relativamente à pretensa oferta por parte de um operador económico de uma viatura a Laurinda Almeida Monteiro. Sustenta o relatório que a questão foi esclarecida e é de se lamentar

que o nome dessa funcionária tenha sido manchado publicamente e sem necessidade para tal.

Sobre o alegado prejuízo de 1.072.328.328\$00 por má classificação pautal-BD 23139, de 24/10/03, Land Cruiser Chassi 3223, o responsável pelos serviços aduaneiros da Capital avança que o assunto ficou esclarecido, mas não pode deixar de notar que o sindicante esqueceu-se de quem faz a declaração de despacho com a classificação pautal das mercadorias é o Despachante Oficial, que também tem responsabilidade na matéria.

A nota a que **A Semana** teve acesso explica que as ausências do reverificador Ricardo Almeida no seu posto de trabalho sempre foram justificadas por razões relacionadas com o serviço e visita de mercadorias, tendo o mesmo sido chamado a atenção no sentido de evitar essas ausências que perturbam o normal funcionamento do serviço. Relativamente aos funcionários José Crisanto, Fausto Silva e Mário Sousa e Silva, os respectivos processos disciplinares por falta de assiduidade já se encontram em instância superior para decisão.

O relatório que vimos citando passa também em revista outros factos constatados pela equipa inspectiva, como são os casos dos pedidos de levantamento de mercadorias e seu transito nacional com destino à Delegação Aduaneira de Assomada. Faz igualmente o ponto da situação sobre os regimes especiais de importação, os manifestos e abertura de processos administrativos, a Secção Vista - verificação de Bilhetes de Despacho, a venda em hasta pública e os processos fiscais. Isto sem contar com a problemática de requisições de fundos através da Tesouraria da DGA, os arquivos e a situação em que se encontra o serviço aduaneiro no Aeroporto da Praia.

Joaquim Sena Silva admite que, fora do quadro da sindicância realizada em finais de 2004 pela IGF, existe à volta do Porto da Praia indícios de ilicitudes graves que estão a ser apurados, mas adverte que ninguém tem o direito de "manchar a honra e a dignidade das pessoas e nem tão pouco arrastar para a lama a imagem das mesmas instituições, fazendo todos pagar por culpa de uma minoria". O director da Alfândega da Praia diz, por isso, esperar que responsabilidades sejam apuradas por quem de direito relativamente aos resultados da sindicância que foram tornados públicos através da imprensa.

## BOA VISTA

O centro de juventude de Sal-Rei, Boa Vista, "inaugurado a 4/07/04 pelo Presidente da Câmara Municipal José Pinto Almeida", como se lê na placa na fachada, está transformado num autêntico armazém e encontra-se em total abandono. Quase dois anos após a sua inauguração nunca foi aberto ao público. O vereador da Juventude, Geraldo Pinto, diz que a CM só está à espera de computadores e de uma directora para que o espaço possa servir aos jovens da ilha.



## CENTRO DE JUVENTUDE transformado em armazém

Inaugurado com pompa e circunstância em meados de 2004, o centro de Juventude de Sal-Rei é hoje um depósito onde se pode encontrar desde contentores, passando por caixotes, até pastas de arquivos espalhadas pelo chão. De acordo com a CMBV, a falta de computadores e de alguém para gerir o espaço estão na origem da sua não abertura o que, todavia, deverá acontecer até finais do próximo mês.

"A CM teve algumas dificuldades em adquirir os equipamentos, cujos custos eram bastante elevados, cerca de 11 mil contos, mas dentro de algumas semanas deverão chegar 45 computadores que irão ficar no centro. Outro problema que se põe é que fizemos um concurso, mas este se mostrou um pouco lento, na hora de recrutar um director. Agora que o escolhemos estamos à espera do desenrolar do processo para que, até finais de Abril, possamos abrir o centro", explica Geraldo Pinto.

Numa ilha carenciada em termos de espaços destinados à camada juvenil, aquele vereador assegura que assim que o centro entrar em funcionamento será um lugar de "socialização dos jovens" que irá proporcionar uma nova dinâmica na ilha das dunas. É que várias actividades como formação na área da informática, na luta contra o VIH-Sida, intercâmbios a nível juvenis e actividades desportivas serão ali realizadas.

### Centros comunitário e de emergência nunca funcionaram

Portas fechadas não são exclusividade do Centro de Juventude de Sal-Rei. O Centro Comunitário e o Centro de Protecção Civil, inaugurados em 2002, também não entraram em funcionamento. Aqui, o problema que se põe, segundo Geraldo Pinto, é a falta de meios humanos, como um corpo de bombeiros, e materiais para que a Protecção Civil

possa funcionar ali.

É que apesar de a Boa Vista ser uma ilha onde já aconteceram casos de fogo posto e alguns incêndios como o acontecido nas barracas localizadas na vila de Sal-Rei, na Biblioteca Municipal e em algumas viaturas, a ilha não dispõe de um corpo de bombeiros deixando o combate ao fogo sob a inteira responsabilidade da ASA.

Relativamente ao Centro Comunitário, irá abrigar um centro de dia. "Já temos uma associação de terceira idade que deverá gerir o centro, onde poderão acontecer encontros e actividades ligadas à terceira idade", afirma Geraldo Pinto. "Mas este é um projecto que ainda está em carteira e acho que a CM deve acelerar este processo porque são duas grandes obras que devem ser abertas para a comunidade boavistense e para todos aqueles que passam pela Boa Vista".

## Vigilante vai ligar motores

A Guarda Costeira tenciona reabilitar o navio militar Vigilante, que está inoperativo há quase dois anos, no cais do Porto Grande. A embarcação sofreu avarias nos dois motores, alegadamente por deficiências na manutenção, e a reparação depende agora da eventualidade de haver peças disponíveis no mercado internacional.

"Vigilante é uma embarcação útil à Guarda Costeira mas o seu handicap situa-se ao nível das peças sobressalentes. O barco foi construído em 1968; por isso é extremamente difícil encontrar as suas peças no mercado", explica um oficial das Forças Armadas. Segundo esta fonte, o processo de aquisição das peças dos motores do Vigilante está a ser auxiliado pela Embaixada da Rússia.

O provável regresso do Vigilante ao activo surge numa altura em que Cabo Verde aposta num programa de vigilância das suas águas territoriais, com a instalação de doze radares destinados a auxiliar as diversas autoridades no combate ao narcotráfico, emigração clandestina, controlo das zonas de pesca e operações de busca e salvamento.

Porém, há pessoas que defendem a alienação do navio por considerarem que será sempre um peso nos bolsos do Estado, pelo custo das suas necessidades de manutenção, e pelo facto de ser difícil encontrar peças sobressalentes no mercado.

Mesmo assim, as Forças Armadas ainda não cogitaram o cenário de venda deste seu principal navio pois, segundo fontes militares, o barco já sofreu reparações na doca da Cabnav e aguarda agora a chegada dos materiais que vão possibilitar a reparação dos motores.

## SANTO ANTÃO

## AMIPAUL promove atelier sobre turismo sustentado

A organização não governamental AmiPaul promove nos dias 21 e 22, terça e quarta-feira próximas, um atelier sobre o turismo sustentado na ilha de Santo Antão. O atelier acontecerá no Centro Agrícola de Afonso Martinho e contará com a presença da directora-geral do Turismo e de uma técnica da organização espanhola Instituto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ICID), que coopera com a AmiPaul.

A AmiPaul quer com esse atelier promover um turismo sustentado, gerar

mais empregos para os jovens e mulheres e ainda fomentar actividades desportivas de interesse turístico na ilha de Santo Antão. "Esperamos apresentar no término deste atelier um produto turístico da ilha de Santo Antão e uma proposta já elaborada para o desenvolvimento turístico", assegura José Manuel Pires Ferreira, presidente da AmiPaul.

Esta iniciativa conta com o apoio da delegação do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas em Santo Antão e do ICID



## JOVEM MORRE NO MAIO POR FALTA DE TRANSPORTE

17



# A falta que um helicóptero faz

A morte do jovem maiense, ocorrido domingo passado, por falta de transporte que procedesse à sua rápida evacuação para Praia, está a suscitar reacções a diversos níveis. A deputada do MpD por aquela ilha entregou esta semana na PGR um pedido de inquérito para apurar eventuais responsabilidades da transportadora aérea nacional no caso. A TACV, por sua vez, lembra que, como empresa comercial, não quer ser confundida com a Protecção Civil e diz que só não fez o que não pôde. Nisso, já há quem aponte a falta de um helicóptero para prestar assistência em situações do género.

A deputada do MpD pelo círculo eleitoral do Maio, Joana Rosa, deu entrada nesta terça-feira na Procuradoria Geral da República um pedido de inquérito para esclarecer eventuais responsabilidades da TACV na morte de um indivíduo de 30 anos. A deputada quer que o Ministério Público determine até que ponto a demora da TACV em acudir à chamada de um doente, que deveria ser submetido a uma intervenção cirúrgica de emergência no Hospital da Praia, pode ter influenciado no falecimento de Erasmo Carlos Ribeiro (Davidinho).

O caso, que está a agitar a ilha do Maio, ocorreu no passado fim-de-semana na localidade de Calheta, quando, na sequência de uma briga, um adolescente de 16 anos apunhalou no ventre um indivíduo de 30, o qual foi conduzido de imediato para o centro de Saúde da ilha. Dada à gravidade do ferimento (hemorragia interna) os médicos solicitaram à TACV, por volta das 6 horas da manhã de domingo, o envio urgente de um avião para transferir o paciente para o hospital da Praia.

“A TACV disse que sim e os médicos levaram o jovem ao aeroporto por volta das 8 horas da manhã. Só que o aparelho da TACV não veio, pelo que a Câmara do Maio teve que chamar a CV Express. Esta enviou um dos seus aviões mas chegou depois das 14 horas, bastante tarde para socorrer o rapaz, que acabou por falecer perante a impotência dos médicos locais”, conta um cidadão maiense que chega mesmo a acusar a companhia nacional de transportes aéreos de negligência e omissão. “Disse a TACV que não teria condições para se deslocar ao Maio, ter-se-ia procurado a tempo outros meios de evacuação, inclusive por via marítima. E o pior é que sabemos que um avião

da TACV aterrou na Boa Vista depois de terem tomado conhecimento do caso do rapaz do Maio”.

Abordado por este jornal, o director Comercial da TACV considerou descabidas as acusações de que a empresa vem sendo alvo. Segundo Raul Andrade, a TACV só não enviou o avião solicitado porque na altura nenhum aparelho estava disponível. “A TACV não se recusou a enviar um aparelho para o Maio, pelo contrário, assim que fomos comunicados mostrámos toda a boa vontade para lá ir e trazer o paciente para Praia. O que aconteceu foi que nós tínhamos um aparelho em manutenção e que deveria estar operacional às 8 horas da manhã de domingo. Entretanto, até ao final do dia domingo o avião ainda estava em manutenção, ou seja, só no dia seguinte é que tivemos o avião disponível”.

Quanto às alegações de que a TACV fez aterrar um avião na Boa Vista quando poderia ter ido ao Maio, Andrade é peremptório: “À hora em que fomos chamados este aparelho estava a operar normalmente para São Vicente, Boa Vista e Praia. E não fazia sentido esvaziar o avião na Boa Vista quando os passageiros que ali estavam

pagaram para chegar ao seu destino”. Aquele responsável lembra ainda que o serviço de emergência com os aviões da TACV é fretado e “o afretamento só acontece se tivermos aviões. É bom que não se confunda a TACV com a Protecção Civil, porque nós somos uma empresa comercial, e temos de funcionar como tal”.

No meio desta celeuma, alguns observadores chegam a alertar para a falta que faz um helicóptero em Cabo Verde para prestar assistência em situações do género. “Caso houvesse um helicóptero para os serviços de protecção civil, em pouco tempo o jovem do Maio estaria na Praia. E com muito menos custos para o Estado”, afirma um crítico da praça, para quem adquirir um aparelho do tipo também não será difícil: “o governo pode, por exemplo, conseguir um helicóptero no âmbito dos exercícios da Nato previstos para Julho próximo em Cabo Verde”.

“Com dois ou três helicópteros, baseados nos principais aeroportos do país, a distância entre os hospitais e os doentes das localidades periféricas a distancia entre a vida e a morte reduzir-se-ia com certeza”, comenta uma outra fonte.

HS

Sexta-feira, 17 de Março de 2006

Correio das ilhas



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

### TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
14-03-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
30-01-2006	Taxa Base Anual 2)	2.84
	Títulos da Dívida Pública	
30-01-2006	Bilhetes de Tesouro - 92 dias	2.31
02-03-2006	Obrigações de Tesouro - 3 anos	4.94

### TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 15-03-2006

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	79.463	79.604
SUICA	CHF	100	7.029.857	7.042.633
DINAMARCA	DKK	100	1.476.560	1.479.249
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	159.989	160.292
JAPAO	JPY	100	77.967	78.094
NORUEGA	NOK	100	1.383.894	1.386.584
SUECIA	SEK	100	1.173.854	1.176.711
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	92.186	92.388
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	14.592	14.794

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes. O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.

## XXI Jornada Mundial da Juventude



## "A Tua palavra é lâmpada para os meus pés"

Mais de 800 jovens oriundos de todas as paróquias da ilha de Santo Antão deverão concentrar-se entre os dias 7 e 9 de Abril na Vila da Ribeira Grande, mais concretamente na paróquia de São Pedro Apóstolo, na XXI Jornada Mundial da Juventude. O lema desse encontro destes jovens católicos vem do Papa Bento XVI e é "A Tua Palavra é Lâmpada para os meus pés e Luz para os meus caminhos".

O coordenador da XXI Jornada Mundial da Juventude, Hélder Lopes Lima, explicou ao **A Semana** que em

Cabo Verde as jornadas serão assinadas pelas cinco paróquias de Santo Antão, excepto a do Porto Novo, mas concentrar-se-ão na Paróquia de São Pedro Apóstolo, em Chã de Igreja. O programa do evento está repartido por três dias (7, 8 e 9). E marca o acolhimento dos peregrinos, e uma via-sacra que sai do cemitério e termina na igreja. A noite é reservada ao convívio e à oração.

08 de Abril o dia começa por volta das 06 horas da manhã. Segue-se a oração (7h30), pequeno-almoço (8horas), reflexão à volta do lema desta jornada, "A Tua Palavra é Lâmpada para os meus

pés e Luz para os meus caminhos", almoço, vigília em direcção à Cruzinha, ceia da Jornada. Para o terceiro e último dia, 09, considerado o Dia Grande, está agendado um encontro alargado de jovens e delegados, missa campal, almoço e uma tarde cultural.

Entretanto, esta XXI Jornada Mundial da Juventude na ilha de Santo Antão é considerada pelo padre Lino Paulino como uma preparação para o encontro que acontece na Áustria em 2008 entre os jovens de todo mundo e o Papa Bento XVI. "Este ano a festa da juventude é preparada em cada

Diocese. Em Santo Antão decidimos juntar cinco dioceses para assinalar a jornada que se prolonga até ao Dia Mundial da Juventude, que se celebra a 12 de Agosto".

Quanto ao tema escolhido pelo Papa Bento XVI, Lino Paulino entende que "a palavra de Deus é o centro da nossa vida, num mundo onde há tantas palavras. É uma palavra que nos orienta para a vida". Este jovem padre afirma, por isso, que o Sumo Pontífice foi muito feliz na escolha do tema porque "é esse o caminho até Áustria, em 2008".

Constância de Pina

### OPERAÇÃO RELÂMPAGO

## POP detém 28 'thugs' na Praia

A Polícia de Ordem Pública deteve 28 jovens delinquentes (thugs) numa operação relâmpago efectuada, sexta-feira passada, no bairro da Achadinha, Praia. Esta é a maior detenção em grupo efectuada pela POP numa única operação.

Vinte e oito 'thugs', com idade entre os 15 e os 19 anos, foram detidos na passada sexta-feira no bairro de Achadinha, Praia, na sequência de uma operação relâmpago desencadeada pela POP e que envolveu 25 efectivos - 10 da Brigada de Investigação Criminal e os restantes 15 das diferentes esquadras.

O grupo - do qual constam duas meninas, e que, segundo a POP, era referenciado como o principal desestabilizador naquele bairro e responsável por vários assaltos a pessoas e a veículos na capital - estava na posse de uma vasta quantidade de materiais roubados (rádios, telemóveis, etc.), avaliada em cerca de 300 contos.

Ainda na sexta-feira, a POP deteve na zona de Fazenda um outro bando de 'thugs' que procurava um 'ajuste de contas' com o agente que os havia detido numa rusga anterior. Intimidado pelos jovens delinquentes, que empunhavam facas e pistolas, o policial teve que, discretamente, chamar reforço dos colegas pelo telemóvel, os quais chegaram a

tempo de o salvar e deter o grupo.

Também durante o passado fim de semana, numa operação paralela conjunta entre o comando da POP da Praia e de Santa Catarina, foram fiscalizados 180 veículos nas estradas de Santiago, dos quais 58 estavam em transgressão. Destes, seis foram apreendidas por falta de seguros e 20 viaturas foram capturadas por falta da inspecção obrigatória, sendo de destacar dois veículos do Estado.

Na ilha da Brava, a POP surpreendeu três indivíduos na posse de oito notas falsas de 2000 escudos, 45 tacos de marijuana e diversos produtos roubados nas casas da vila de Nova Sintra. Os suspeitos, que segundo a polícia estavam na Praia e regressaram à Brava logo a seguir às eleições presidenciais, devem aguardar julgamento em prisão preventiva.

Agora um caso caricato: no Tarrafal (Norte de Santiago) um homem foi parar à prisão por ter morto um cão, no domingo, 12, com um tiro em plena via pública. As razões que o levaram a cometer este acto são ainda desconhecidas, mas o mais curioso ainda é que ele foi levado à Esquadra por posse ilegal de arma. Arma essa que, estranhamente, está registada na polícia como tendo sido roubada.

HS



Italiano quer circum-navegar Antártida, ajudando populações carenciadas



# Navegador solidário

O barco chama-se Gindungo (malagueta em Kimbundo, idioma de Angola). “Porque é picante, porque não pára seja qual for o tempo, resiste às correntes egoístas”, explica Davide Freschi, navegador italiano que esta semana passou por Cabo Verde, a caminho da América Latina e da Antártida. Contra ventos e marés, Gindungo e Davide, sob a égide do Antarctica Sailing Project, associação científica italiana, vão tentar navegar o continente gelado do Sul na latitude mais alta, jamais alcançada por qualquer outra embarcação. Essa é a meta desportiva deste projecto, sediado em Roma. Só que antes de chegar ao “último continente”, como o apelida Davide, por se tratar “de um local que não tem pessoas a habitar”, o navegador tem mais alguns propósitos: um deles é fazer da navegação desportiva e de lazer uma actividade com fins humanitários.

Atracado ao largo do Porto da Praia, o Gindungo, um belíssimo barco à vela, decorado a laranja e negro e forrado por madeiras cor de pinho, transporta não só todo o equipamento que Davide precisa para completar com sucesso a sua circum-navegação, como também t-shirts e pacotes de arroz para oferecer a crianças e famílias carenciadas da Cidade da Praia. Uma iniciativa ainda simbólica mas que pretende, aos poucos, envolver mais navegadores que, de forma voluntária, possam levar bens para regiões onde seja necessária a ajuda humanitária. Para isso, foi criada uma base de dados na

Internet e um projecto denominado “Correios do Mar”, cuja base operacional se encontra nas ilhas Canárias. E criar filiais em Cabo Verde, dada a sua localização estratégica, e na América Latina está já anotado no mapa do futuro.

“É usual organizações como a Cruz Vermelha terem dificuldades em transportar material humanitário para determinadas regiões porque os fretes são caros. A ideia é que velejadores de todo o mundo, que viajam por prazer ou por desporto, disponibilizem a sua embarcação para fazer o transporte desses bens”, diz Davide. Actualmente, existem 30 velejadores e dez barcos envolvidos no projecto Correios do Mar, que já transportaram ajuda humanitária para países como o Senegal, Gâmbia e Martinica.

Na base de dados dos Correios do Mar na Internet, em [www.correosdel-mar.org](http://www.correosdel-mar.org), começam a se acumular as ofertas tanto de navegadores como de organizações humanitárias e até mesmo de privados, alargando o leque de países envolvidos nesta iniciativa. Um dos impulsionadores dos “Correios”, o cônsul italiano em Las Palmas, Carlos di Blasio, é uma das figuras inscritas na lista de “requisitantes” do serviço voluntário de transporte dos velejadores. É que o Consulado tem uma câmara cirúrgica que precisa fazer chegar à República Democrática do Congo, mas que até agora está “encalhada” nas Canárias à espera de transporte.

“As possibilidades são ilimitadas. Podemos levar um medicamento especial que alguém precisa num país africano, por exemplo, bastando que alguém introduza o pedido na nossa base de dados. Até se pode disponibilizar este transporte para profissionais, como médicos e professores, que desejem trabalhar em países onde é necessária mão de obra especializada”.

No fundo, resume Davide, “tanta gente que quer ajudar e não sabe como” acaba por encontrar uma resposta nos Correios do Mar, que quer tornar-se num “carteiro” de esperança e de soluções para aqueles que mais precisam.

No Mindelo, onde distribuiu recentemente t-shirts com inscrições do filme “Madagáscar” às crianças, Davide ficou impressionado com o “sorriso” dos mais pequenos e como o que queriam também ver sorrir. Navegador solitário na maioria das suas jornadas mar fora, embora prefira viajar na companhia dos amigos, o olhar deste filho de marinheiros é esperançoso e, acima de tudo, determinado. Acredita que “não há sonhos irrealizáveis” e, por isso, embarca nesta aventura – que durará três anos, para circum-navegar a Antártida aproveitando apenas o Verão Austral, que dura três meses em cada ano –, para se fazer ao caminho.

Como terceiro objectivo desta sua viagem, há ainda a exploração científica da Antártica. O seu “Gindungo” leva equipamentos para es-

tudos científicos, patrocinados por instituições de investigação e universidades italianas: um dos projectos pretende estudar a presença de cetáceos nos mares antárticos; outro, avaliar o ruído ambiental para produzir dados sobre a contaminação acústica; e ainda material para pesquisa sobre a qualidade da água e o estado de saúde do fitoplâncton, micro-organismos vitais na rede alimentar dos peixes e no ecossistema marinho.

E ainda que atarefado com tantos projectos e com o comando do leme, este Cabo do mar que diz que para “navegar à vela é preciso fazer-se amigo do tempo, vivendo o aqui e o agora”, não esqueceu uns quantos truques para combater os momentos mais ociosos. Um saco de boxe e as respectivas luvas, um violão, e inúmeros livros sobre a navegação à vela e sobre o mar, mas também um volume com poesia de Pablo Neruda, e um belo Picasso, serão as companhias do italiano, que quer seguir os passos do seu homónimo David Lewis, primeiro “solitário” a percorrer a Antártica.

De Cabo Verde, Davide dirige-se para a América do Sul, acompanhado da esposa, que também passou pela Praia, descobrindo, como disse ao **A Semana** “que tudo é novo” no mar. Depois segue, já sozinho, para o Cabo de Horn e o Canal Drake, a Sul da Terra do Fogo, Argentina, iniciando, após estas travessias, a circum-navegação do “Último Continente”.

Rita Vaz da Silva

Sexta-feira, 17 de Março de 2006

Social



# TODO O SOFRIMENTO DO MUNDO



**BOTE CONTENDO 12 CADÁVERES SURGE (E DESAPARECE) NAS ÁGUAS DE CABO VERDE**

**P**onto importante no médio Atlântico, Cabo Verde foi no passado uma passagem estratégica da escravatura, das suas histórias de morte e sofrimento. Hoje, em pleno século XXI, quando se julgava guardada nas páginas da história essa forma vil de exploração humana, Cabo Verde volta a entrar na rota do sofrimento de centenas, ou serão milhares(?) de cidadãos continentais. As fotos acima, tiradas a partir do N/M Mاتيota e que agora são dadas à estampa, podem ser apenas a ponta do iceberg de uma história muito mais dramática.

Desta vez foram doze os africanos entregues à sua sorte no meio do Atlântico. Mas antes deles, e numa nova lógica de escravatura que ganha terreno no continente, foram quantos? E depois deles, quantos mais virão? Quanto a esses doze homens, certamente vítimas da fome, sede e desorientação, vai ser difícil escrever a sua história. Apenas 12 corpos, vistos pela última vez já em estado de decomposição no passado sábado e que vieram quebrar a rotina destas ilhas.

Na altura o "Mاتيota", cargueiro

que respondeu ao aviso de um navio turco, não pôde fazer a abordagem do pequeno bote com doze corpos, por não ter condições técnicas para tal. E, apesar das coordenadas do registo macabro, o rebocador que saiu no dia seguinte da Praia - Sábado, 11 - não encontrou rasto do barco da morte, perdido que estava entre a bruma e o mar.

Da tragédia ficou, entretanto, as fotos, suficientes para indignar, para denunciar a nova forma de escravidão em África, desta feita disfarçada com a promessa de uma vida melhor, trabalho garantido, casa, carro na Europa ou nos Estados Unidos. Um negócio com contornos quase sempre dramáticos para os que nele embarcam mas que, para o negociante, significa sempre ganhos.

Ninguém duvida que, no caso registado pelo "Mاتيota", o responsável pelo negócio facturou e bem, já que o bilhete para o paraíso oferecido a esta gente é pago adiantado. Feitas as contas dos 12 corpos - cuja história depois que deixaram a sua terra se resume às fotos -, eles renderam ao negociante cerca de 15 mil euros.

Mas, se a morte, por atacado, de seres humanos choca, não se

deve esquecer que os outros, que conseguem chegar a um destino, vão morrendo aos poucos todos os dias. Grande parte analfabeta, vinda de zonas rurais dos seus países, chegam a uma Europa ou América que amedronta, à partida, e se submetem aí, em troca de "protecção", a toda casta de exploração.

Entretanto, mais do que a clássica exploração do homem pelo homem, o acontecimento da semana passada, ao que tudo indica integrado num grupo maior que deixou a Mauritânia em pequenos barcos rumo às Canárias, é um sinal do desespero que leva o Homem africano a arriscar tudo para deixar o Continente.

Assim, mais do que os negociantes, que fazem riqueza à custa desse tipo de negócio escuso, é preciso apontar o dedo aos responsáveis dos países de origem desses desesperados. Eles, com as suas administrações irresponsáveis, corruptas, com a permissividade do enriquecimento ilícito dos seus mais próximos, criam condições para que em África se reedite, com novos contornos, a dramática história da escravidão que se julgava esquecida nas pá-

ginas da história.

Não se sabe a origem desses desgraçados que se perderam em busca do sonho impossível de uma vida melhor. Mas é certo que eles vêm de um desses países onde a maioria das crianças não vão à escola, onde os direitos humanos básicos são de papel e onde a democracia é só uma fachada.

Realidades como estas, que reduzem a expectativa de vida, tornam o desejo por um emprego uma miragem e definham qualquer hipótese de revolta. E são terreno fértil para os vendedores de sonhos. Mais grave do que isto é que até agora, e maugrado os homens que vão caindo no poço escuro da desesperança, de corpos e corpos que vão semeando o caminho de um inferno que não se sabe se fica a Norte ou a Sul... se desconhecem acções concretas dos países originários desses desesperados que lhes dê outra opção que não a de embarcar numa canoa furada para o incerto que muitas vezes é a morte. A tragédia dos 12 imigrantes que vieram parar às águas de Cabo Verde, desaparecendo de seguida, é disso, infelizmente, mais uma prova.

Marilene Pereira